



Demonstrações Financeiras

V2i Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

V2I 
ENERGIA



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada.....	5
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações dos resultados do exercício.....	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

Relatório da Administração

Aos
Acionistas
V2i Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Prezados Acionistas,

A V2i Energia S.A. (“Companhia” ou “V2i”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1. A companhia

A V2i Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18º andar – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

A V2i conta com oito ativos em operação, sendo quatro transmissoras de energia, três usinas eólicas e um complexo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). São 455,9 km de Linhas de Transmissão, 18 bays de SE acima de 69 kV e 119,8 MW de potência instalada de geração.

Todas as atividades das companhias são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE) e Associação Brasileira de Geração e Energia Limpa (ABRAGEL).

Nossos empreendimentos estão inseridos no Sistema Integrado Nacional (SIN), responsável pela geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, operado por empresas de natureza pública e privada e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

2. Governança corporativa

A V2i constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o meado de 2022, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo

os seus riscos corporativos. Em 2022 também implementou o sistema ERP proporcionando maior automação e dinamismo operacional.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

3. Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

A V2i sempre teve no horizonte o respeito e a excelência na gestão de ativos de energia como principais valores. Por isso, entendemos que o nosso papel é realizar, por meio de práticas sustentáveis, o desenvolvimento das comunidades nas quais nossos empreendimentos estão inseridos, preservando a cultura, o meio ambiente e desenvolvendo pessoas, para transformar o futuro dessas comunidades. Compartilhamos a visão de que para transformar o mundo não basta apenas a boa vontade. É preciso unir forças e competências de modo inteligente, para que as mudanças ocorram de forma justa e equilibrada. Tão fundamental quanto o respeito, é a responsabilidade na execução das atividades operacionais, seguindo os mais altos padrões de segurança técnica.

No ano de 2022, celebrou-se a inauguração da nossa nova sede. Um ambiente moderno, luminoso e colaborativo no qual a arquitetura do espaço permite que as equipes trabalhem integradas e de forma dinâmica. Nossa equipe cresceu junto com nosso portfólio de ativos, e o desejo de ter um grupo de profissionais extremamente qualificado e de alta performance caminha junto com o objetivo de contar com uma equipe diversa, tanto na sede da V2i Energia, quanto em nossas operações. A V2i estimula em seus colaboradores a liberdade criativa, a troca e a escuta, incentivando-os a participar ativamente das operações, propondo soluções e iniciativas que gerem resultados positivos.

A V2i Energia está comprometida com a gestão socioambiental das suas operações. A empresa compreende a relevância de uma gestão baseada em impactos: mitigando e compensando os potenciais impactos negativos e potencializando os impactos positivos.

Todos os empreendimentos da V2i Energia estão em fase de operação e têm as licenças ambientais válidas. Visando a melhoria na gestão do atendimento legal e das condicionantes ambientais, a empresa iniciou em 2022 a implantação de um sistema de atendimento legal.

A gestão ambiental é realizada in loco por consultorias ambientais sob a coordenação da equipe de meio ambiente da V2i Energia. Os colaboradores de Operação e Manutenção (O&M) também atuam em conjunto a fim de que as boas práticas ambientais sejam incorporadas às atividades diárias.

A companhia entende que é necessário um envolvimento frequente e participativo com os stakeholders presentes no território de forma a garantir o engajamento social. Assim, a companhia possui uma agenda periódica de visita aos empreendimentos e às áreas de influência onde são executados os programas socioambientais.

4. Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
V2i Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas V2i Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e,

portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado o montante consolidado de R\$ 1.614.387 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica de suas controladas. Esses valores refletem o direito que a companhia possui de receber um ativo advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontra em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo das controladas relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos

procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a análise da determinação de margem nos projetos em construção relacionados aos contratos de concessão, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas, para estimar o custo total de construção, bem como o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de projetos de construção: (a) a análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e de suas controladas; e (b) a avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vii) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (viii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (ix) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 10, 32 e 33, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu, em 15 de maio de 2022, o processo de aquisição da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. e em 6 de junho de 2022 da Enerbras Centrais Elétricas S.A.. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (*IFRS 3 - Business Combinations*), item B7.b, que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios.

Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade



operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O



Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	33.556	16.679	180.813	81.418
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	6.072	-
Contas a receber de clientes	7	-	-	29.448	14.317
Dividendos a receber	8	17.478	37.295	-	-
Tributos a recuperar	9	3.145	1.481	12.662	5.204
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	-	-	125.051	94.099
Adiantamentos diversos	11	52	-	1.581	11
Despesas antecipadas	12	10.446	62	11.429	749
Depósitos judiciais e cauções	13	-	-	21	-
Outros ativos circulantes		750	-	750	362
Total do Ativo Circulante		65.427	55.517	367.827	196.160
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	57.172	38.608
Contrato de mútuo - parte relacionada	8	82	-	98	98
Tributos a recuperar	9	-	-	1.857	1.857
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	10	-	-	1.489.336	999.483
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	-	6.707
Depósitos judiciais e cauções	13	-	-	1.732	256
Direito de uso	14	-	-	17.059	7.096
Investimentos	15	1.121.249	811.791	-	-
Imobilizado	16	1.176	-	666.985	385.741
Intangíveis		131	-	259	-
Ativo fiscal diferido		-	-	205	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	271
Total do Ativo Não Circulante		1.122.638	811.791	2.234.703	1.440.117
Total do Ativo		1.188.065	867.308	2.602.530	1.636.277
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	1.746	82	19.199	14.526
Impostos corrente a pagar	18	242	12	2.362	2.410
Obrigações trabalhistas e sociais	19	481	-	653	-
Encargos setoriais	20	-	-	1.313	412
Contas a pagar	21	-	-	3.714	-
Empréstimos	22	-	-	34.860	25.448
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	2.727	264
Debêntures	24	-	-	13.304	5.495
Dividendos a pagar	8	-	27.813	343	42.943
Obrigações por arrendamentos	14	-	-	1.249	534
Conta de ressarcimento - CCEE	25	-	-	-	22.522
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	26	-	-	5.869	-
Provisão contingente	27	-	5	357	-

PIS/COFINS diferido	28	-	-	1.503	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	26	-	-	10.563	-
Outros passivos circulantes		-	-	411	456
Total Passivo Circulante		2.469	27.912	98.427	115.010
Não Circulante					
Contas a pagar	21	-	-	10.206	1.998
Empréstimos	22	-	-	795.707	514.411
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	-	-	1.860
Debêntures	24	280.567	116.269	681.616	201.616
Obrigações por arrendamentos	14	-	-	18.463	7.322
Conta de ressarcimento - CCEE	25	-	-	29.083	-
Obrigações pelas aquisições de direitos	29	30.112	40.242	30.112	40.242
Passivo fiscal diferido	28	-	-	14.724	13.225
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	26	29.308	29.428	61.845	69.308
Provisão para desmobilização	30	-	-	4.865	12.491
Provisão contingente	27	-	-	7.036	1.602
Total Passivo Não Circulante		339.987	185.939	1.653.657	864.075
Patrimônio Líquido					
Capital social	31	780.935	614.000	780.935	614.000
Capital a integralizar	31	-	(4.000)	-	(4.000)
Reserva legal	31	12.450	7.853	12.450	7.853
Reserva de lucros	31	52.224	35.604	52.224	35.604
Total Patrimônio Líquido		845.609	653.457	845.609	653.457
Participação dos acionistas não controladores	31	-	-	4.837	3.735
Total Patrimônio Líquido		845.609	653.457	850.446	657.192
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		1.188.065	867.308	2.602.530	1.636.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	32	-	-	164.766	96.760
Custos dos bens construídos e serviços prestados	33	-	-	(45.365)	(31.862)
Resultado operacional bruto		-	-	119.401	64.898
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	34	(9.254)	(2.554)	(17.051)	(6.048)
Valor justo do investimento	15	-	62.694	-	62.694
Apropriação Mais Valia	15	(13.650)	(9.454)	(13.650)	(9.456)
Participação de equivalência patrimonial	15	155.198	56.012	58.596	32.156
Resultado operacional antes do resultado financeiro		132.294	106.698	147.296	144.244
Despesas financeiras	35	(47.329)	(927)	(115.374)	(42.217)
Receitas financeiras	35	6.979	3.491	26.079	9.155
Resultado financeiro líquido		(40.350)	2.564	(89.295)	(33.062)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		91.944	109.262	58.001	111.182
Contribuição social	26	-	(23)	(3.097)	(1.832)
Imposto de renda	26	-	(39)	(6.952)	(6.000)
Contribuição social diferida	26	-	(6.330)	9.753	(5.826)
Imposto de renda diferido	26	-	(14.986)	35.685	(16.000)
Resultado líquido do exercício		91.944	87.884	93.390	81.524
Lucro atribuído a não controladores		-	-	(1.446)	5.965
Lucro líquido do controlador		-	-	91.944	87.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	91.944	87.884	93.390	81.524
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	91.944	87.884	93.390	81.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldo em 01 janeiro 2021	350.000	(4.000)	26.718	3.459	-	376.177	31.529	407.706
Subscrição de capital	264.000	-	-	-	-	264.000	(59)	263.941
Resultado do exercício	-	-	-	-	87.884	87.884	(395)	87.489
Constituição de reservas	-	-	41.745	4.394	(46.139)	-	(27.340)	(27.340)
Dividendos pagos	-	-	(32.859)	-	(13.932)	(46.791)	-	(46.791)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(27.813)	(27.813)	-	(27.813)
Saldo em 31 dezembro 2021	614.000	(4.000)	35.604	7.853	-	653.457	3.735	657.192
Subscrição de capital	166.935	4.000	-	-	-	170.935	-	170.935
Resultado do exercício	-	-	-	-	91.944	91.944	1.446	93.390
Constituição de reservas	-	-	65.511	4.597	(70.108)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	(48.891)	-	-	(48.891)	-	(48.891)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(21.836)	(21.836)	(344)	(22.180)
Saldo em 31 dezembro 2022	780.935	-	52.224	12.450	-	845.609	4.837	850.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controlada		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	91.944	109.262	58.001	111.182
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação / Amortização	22	-	27.519	13.815
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	-	-	(1.328)	-
Juros sobre empréstimos tomados - partes relacionadas	-	-	1.275	-
Juros sobre empréstimos tomados	6.517	633	51.453	38.657
Juros sobre debêntures tomados	32.569	-	73.319	-
Encargos sobre empréstimos	-	-	298	-
Encargos sobre debêntures	2.961	-	3.387	-
Juros - outros	4.868	-	6.937	-
Provisão (reversão) de contingências	(5)	-	(187)	869
Provisão para desmobilização	-	-	578	345
Receita diferida	-	-	(28.276)	(56.141)
Custo diferido	-	-	14.408	-
Tributos diferidos	-	-	2.353	32.899
Apropriação de doação	-	-	(446)	-
Amortização da mais valia/agio	13.650	9.529	13.650	9.529
Equivalência Patrimonial	(155.198)	(58.058)	(51.577)	(32.156)
Rendimento sobre aplicação financeira	-	-	(14.498)	(480)
Ajuste a valor justo	-	(62.694)	-	(62.694)
Ajuste de Exercícios anteriores	-	-	(171)	-
	(2.672)	(1.328)	142.657	55.825
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	4.583	37.588
Estoques de almoxarifado	-	-	155	-
Depósitos judiciais	-	-	(9)	(29)
Adiantamentos	(51)	-	1.082	-
Despesas antecipadas	(742)	(62)	(364)	(258)
Tributos a recuperar	(1.647)	1.002	(5.624)	(1.977)
Ativo fiscal diferido	-	-	(320)	-
Outros ativos	(10.392)	-	(10.491)	5.891
Fornecedores e outras contas a pagar	1.620	82	6.047	5.530
Contas a pagar	-	-	(14.254)	-
Impostos correntes a pagar	333	(175)	1.016	(10.218)
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	(1.660)	(13)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	378	5	432	90
Obrigações por arrendamentos	-	-	(2.896)	-
Encargos setoriais	-	-	329	-
Obrigações pelas aquisições de direitos	(15.000)	-	(15.000)	(4.193)
Outros passivos	-	-	(470)	(3.130)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.369)	(596)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais	(28.173)	(476)	100.844	84.510
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de investimento	(96.824)	-	-	(27)
Redução de investimento	14.961	-	-	-
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	170.935	264.000	170.935	264.000
Aquisição de controlada	(198.591)	(398.703)	(480.552)	(398.703)
Aquisição de imobilizado	(1.197)	-	(1.273)	(2.666)
Compras de ativos intangíveis	(132)	-	(265)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(8.632)	428

Aplicações financeiras e recursos financeiros	69	-	10.887	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	-	-	(7.925)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(110.779)	(134.703)	(316.825)	(136.968)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de empréstimos	120.000	115.799	555.968	115.799
Pagamento de empréstimos	-	-	(301.825)	(20.126)
Juros pagos de empréstimos	-	-	(52.732)	(51.322)
Recursos provenientes de debêntures	128.768	-	128.768	(398)
Pagamento de debêntures	-	-	(11.176)	-
Juros pagos de debêntures	-	-	(18.936)	-
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	-	-	(3.657)	-
Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas	-	-	14.514	-
Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas	(220)	-	(14.482)	-
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	138	-	-	-
Dividendos pagos	(98.540)	(69.150)	(98.540)	(77.277)
Dividendos recebidos	5.683	36.649	-	473
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	155.829	83.298	197.902	(32.851)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	16.877	(51.881)	(18.079)	(85.309)
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	16.679	68.560	81.417	166.726
Caixa na aquisição de investimentos	-	-	117.474	-
No final do exercício	33.556	16.679	180.812	81.417
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	16.877	(51.881)	(18.079)	(85.309)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A V2i Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18º andar – Botafogo – Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de janeiro de 2021, foi aprovada a alteração da razão social da Companhia para “V2i Energia S.A.”

A V2i conta com oito ativos em operação, sendo quatro transmissoras de energia, três usinas eólicas e um complexo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). São 455,9 km de Linhas de Transmissão, 18 bays de SE acima de 69 kV e 119,8 MW de potência instalada de geração.

Todas as atividades das companhias são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE) e Associação Brasileira de Geração e Energia Limpa (ABRAGEL).

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seus empreendimentos são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais.

1.2. Informações sobre as controladas

Eólica Mangue Seco 1

A Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 1, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 1	RN	Guamaré	25,2	8,942	Julho de 2020	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Contrato de Energia de Reserva - CER--Continuação

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 12 MW para a média de geração do quadriênio 9,295 MW.

Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,295 MW médio para a média de geração do quadriênio de 8,942 MW médio.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Eólica Mangue Seco 3

A Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 3, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 3	RN	Guamaré	26	8,966	Julho de 2020	Junho de 2032

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012 a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia física no contrato, de 12 MW para a média de geração do quadriênio de 9,45 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 9,45 MWh para a média de geração do quadriênio de 8.966 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Eólica Mangue Seco 4

A Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010 com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco 4, na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte. O estatuto social define que a Companhia terá prazo de duração até 30 de junho de 2032, findo o qual a Companhia será liquidada na forma do estatuto.

A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Potência Assegurada a partir do 3º Quadriênio (MW)	Início 3º quadriênio	Término do contrato CER
Mangue Seco 4	RN	Guamaré	26	9,776	Julho de 2020	Junho de 2032

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Companhia firmou em 5 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A partir de 1º de julho de 2012, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

Em conformidade com o contrato firmado com a CCEE, o primeiro quadriênio de geração se encerrou em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016 houve a repactuação da garantia assegurada no contrato de 13 MW para a média de geração do quadriênio 10.209 MW. Com início do 3º quadriênio em 1º de julho de 2020 houve a segunda repactuação da garantia física no contrato, de 10,209 MWh para a média de geração do quadriênio de 9,776 MWh.

Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Controlada”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 13 de março de 2020 a Arcoverde foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Controlada alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 – 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Praia de Botafogo, 440 - 18º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Controlada sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Controlada consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Pernambuco, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Concessão--Continuação

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Controlada concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 24.600, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Controlada”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50. A Controlada alterou sua sede da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Cristóvão Colombo, 1.160, sala 405, bairro Floresta para a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo, no dia 30 de abril de 2020.

A Controlada tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% das ações e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, com 9,65%.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

Concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia da TPAE foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

A Controlada tem por objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da Linha de Transmissão Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4, subterrânea, 230 kV, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, composta pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, subterrânea, com extensão aproximada de 11 km, origem na Subestação Porto Alegre 9 e término na Subestação Porto Alegre 4, entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, controle, telecomunicação, administração e controle, conforme o Lote “A” do Edital de Leilão nº 001/2009-ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total foi de aproximadamente R\$ 75.000 com uma receita anual líquida da RAP e garantida de R\$ 7.293, conforme estabelecido na resolução homologatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 1.918, de 23 junho de 2015, que é uma receita garantida por Contratos pela ANEEL e pelo ONS por meio dos quais todos os usuários (em torno de 220 empresas) do Sistema Integrado Nacional (SIN) farão pagamentos mensais para a TPAE. O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Investida") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A V2i Energia S.A. era detentora de 49,9% do capital da Lest e, no dia 20 de dezembro de 2021 houve a aquisição dos 50,1% restantes das ações dos FIPs Transmissão e Coinvestimento. As Partes estruturaram a transferência das Ações em duas tranches, sendo a 1ª tranche de Ações correspondente a 37,6% do capital social da Companhia, proporcionalmente à participação detida por cada Vendedor, e a tranche final, correspondente às Ações Remanescentes, equivalentes, na data de celebração do SPA, a 12,5% do capital social da Companhia. No que se refere ao Preço de Aquisição, foi previsto, pela totalidade dos 50,1% do capital social objeto do SPE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL e são descritas a seguir:

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a investida assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Receita Anual Permitida - RAP

O investimento total previsto era de aproximadamente 324.000. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$ 44.500 (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

SE – Vineyards Transmissão de Energia S.A.

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “SE Vineyards”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo. com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva,

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia passou a ser controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 13 de Maio de 2022 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

- (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;
- (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu

Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021.

O elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação.

Receita Anual Permitida - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.895 de 13/07/2021. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$41.498 para o ciclo anual entre 1º de julho de 2022 e 30 de junho de 2023.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Energética Serra da Prata S.A

A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.,

empresa V2I Energia S.A transferiu 88,32% das ações os quais detinha sobre a LEST para a empresa Sertões em contrapartida a subscrição e integralização de capital na empresa constituindo capital social de R\$210.055. Em 23 de dezembro de 2022, passou a deter 100% de participação acionária na LEST, aumentando assim o capital social para R\$290.137

Monte Pascoal Holding S.A

A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

A Companhia foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000.000,00 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas. Em 09 de dezembro de 2022, houve a emissão de R\$124.467.696 novas ações ordinárias, subscritos pela V2i Energia, aumentando assim o capital da companhia para R\$124.467.847.

Enerbras Centrais Eletricas S.A

A Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras” ou “Companhia”) constituída em 9 de fevereiro de 2001, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A., (“Espra” ou “Controlada”), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

A Espra é uma sociedade de propósito específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexohidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, no estado da Bahia.

Em junho de 2022, a Enerbrás passou a ser controlada pela Monte Pascoal Holding S.A, sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mangue Seco Holding S.A.

A Mangue Seco Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de março de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31/03/2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

3. Principais práticas contábeis--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 25% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual.

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.14. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.15. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificadas como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos;

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Combinação de negócios--Continuação

(ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos.

A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações:

1. se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e
2. se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócio.

3.16. Informações por segmento

A Companhia participa em sociedades de propósito específico em território nacional ("holding"). Suas controladas atuam no segmento de transmissão e geração de energia elétrica e realizam atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3.17. Reclassificação do valores comparativos

Após reavaliação e objetivando corrigir a classificação de linhas do ativo e passivo sem impactar seus totalizadores, a Companhia está rerepresentando o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, alinhada com a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As reclassificações relevantes foram de R\$6.707 entre as linhas de contas a receber de clientes para a linha de conta de ressarcimento – CCEE, a reclassificação de R\$2.569 entre as linhas de fornecedores e contas a pagar, a reclassificação de R\$ 22.240. entre as linhas de dividendos a receber e investimentos.

Ressalta-se que as reclassificações não impactam o montante total do ativo e passivo individual e consolidado.

4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Banco (i)	69	34	8.446	1.965
Aplicação financeira (ii)	33.487	16.645	172.367	79.453
Total	33.556	16.679	180.813	81.418

- (i) Controladora e Consolidada: O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato
- (ii) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivo, que tiveram no ano de 2022 e 2021, a remuneração média referenciada ao CDI de 90%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. As controladas possuem uma remuneração média entre elas referenciada ao CDI de 48,59% em 2022 e 48,52% em 2021.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivo, que tiveram no ano de 2022 a taxa de remuneração de aproximadamente 96,41% do CDI no ano de 2022 e de aproximadamente 94,58% do CDI no ano de 2021.

6. Títulos valores mobiliários

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira – conta Santander (i)	-	-	6.072	2.307
Aplicação financeira – conta BNB (ii)	-	-	57.172	36.301
Total	-	-	63.244	38.608
Total circulante	-	-	6.072	-
Total não circulante	-	-	57.172	38.608

- (i) Controlada Arcoverde: As aplicações em conta reserva, referem-se ao futuro pagamento de juros e principal de debêntures, que são realizadas semestralmente, os próximos pagamentos estão programados para janeiro e julho de 2023.
- (ii) Controlada Mangue Seco 1, 3 e 4: A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2022 foi de aproximadamente 92,58% e no ano de 2021 foi de aproximadamente 50% do CDI.

Controlada Arcoverde: As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

Os valores são demonstrados como segue:

	Controlada		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias (i)	-	-	13.957	7.505
CCEE (ii)	-	-	6.485	5.796
CDE (iii)	-	-	701	-
DIT	-	-	28	-
Eletrobras (iv)	-	-	8.277	-
Outros	-	-	-	1.016
Total	-	-	29.448	14.317

- (i) Controladas Se Vineyards, Tpaee, Arcoverde, Lest: O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimento de: R\$1.988 em 05/01/2023, R\$1.323 em 15/01/2023, R\$9.392 em 25/01/2023 e R\$1.254 em 05/02/2023.
- (ii) Controlada Mangue Seco 1, 3 e 4: Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente.
- (iii) Controladas Arcoverde e Se Vineyards: CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.
- (iv) Controlada Espira: Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Eletrobras, recebido mensalmente.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. Partes relacionadas

Dividendos a receber

a) Controladora

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a receber:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.	-	35.014
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.	8.587	1.343
Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.	3.214	938
Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A.	1.416	-
Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A.	954	-
Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A.	1.660	-
Se Vineyards Transmissão de Energia S.A.	259	-
Sertões Holding S.A.	1.388	-
Total	17.478	37.295

Contrato de mútuo

Segue abaixo a movimentação de contrato de mútuo a receber:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Monte Pascoal Holding S.A.	82	-	-	-
CEEE-D	-	-	98	98
Total	82	-	98	98

Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação de contrato de dividendos a pagar:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vince participações	-	27.813	-	27.815
Outros (i)	-	-	343	15.128
Total	-	27.813	343	42.943

(i) O saldo apresentado refere-se ao valor a pagar de dividendos para participação dos acionistas não controladores.

9. Tributos a recuperar

Os valores são demonstrados como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlada		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	2.923	1.260	8.173	2.309
Imposto de renda retido na fonte	-	-	1.156	845
Contribuição social	221	221	1.472	681
Contribuição social retida	-	-	215	116
PIS retido	-	-	232	107
Crédito de PIS	-	-	-	-
COFINS retido	-	-	909	470
Crédito de COFINS	-	-	-	-
INSS retido	-	-	23	23
ICMS (a)	-	-	1.857	1.857
Imposto pago a maior ou indevidamente	1	-	438	653
Outros	-	-	44	-
Total	3.145	1.481	14.519	7.061
Total circulante	3.145	1.481	12.662	5.204
Total não circulante	-	-	1.857	1.857

(a) Controlada Arcoverde: Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem realizadas nos próximos períodos.

10. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Consolidada

Descrição	LEST	ARCO	TPAE	SE VINEYARDS
Linhas de Transmissão				
Margem de construção	56,47%	32,52%	15,54%	32,13%
Margem de operação e manutenção	10%	12,12%	10%	34,13%
Taxa de remuneração	5,06%	5,06%	5,40%	2,00%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
Custos incorridos até 31/12/2022	290.168	-	53.041	-
RAP Anual	60.159	21.776	11.102	37.659
Ativo de contrato em 31/12/2021				901.223
Mais valia				192.359
Saldo inicial em 31/12/2021				1.093.582
Aquisição de investimentos				1.004.859
Baixa de investimentos				(520.300)
Custo de construção				(4.975)
Receita de construção – margem				2.632
Receita de operação e manutenção				11.963
Receita de operação e manutenção – margem				857
Remuneração do ativo financeiro				40.579
(+) / (-) Ajustes				647
Remuneração dos ativos de contrato				10.594
Amortização da doação				445
RAP realizada				(49.632)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada				(1.876)
Impacto da mudança tributária (PIS/COFINS Diferido) (i)				(27.434)
Ajuste preço de compra				(36.621)
Amortização mais valia				(4.959)
Mais valia aquisição de investimento				70.750
Outros				23.276
Ativo de contrato em 31/12/2022				1.614.387
Total circulante				125.051
Total não circulante				1.489.336

Inclui a movimentação do exercício de 2022, embora a controladora V2i Energia tenha obtido o controle da Vineyards em maio de 2022 e, portanto, os resultados e fluxos de caixa consolidados somente são reconhecidos a partir dessa data.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte das controladoras.

- (i) Controlada Se Vineyards: A administração realizou um estudo e resolveu mudar a tributação de lucro presumido para o lucro real, sem a expectativa de retorno, com isso foi necessário realizar o recálculo do gross-up onde alterou os saldos das contas de ativo de contrato e de passivo fiscal diferido.

11. Adiantamentos diversos

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Semi Industrial	-	-	1.137	-
Hidráulica Industrial	-	-	156	-
Instubras A&M	-	-	12	-
J C C Comercio Varejista	-	-	10	-
Ambientare	35	-	35	-
Outros	17	-	231	11
Total	52	-	1.581	11

12. Despesas antecipadas

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos com APR Lest (i)	10.382	-	10.382	-
Antecipação de seguros	64	62	1.047	749
Total	10.446	62	11.429	749

- (i) Incluem despesas pagas antecipadamente com seguros a apropriar, cujo benefícios ultrapassam o exercício corrente, mensalmente é apropriado para despesa de acordo com o regime de competência e incluem custos com APR da Lest.

13. Depósitos judiciais e cauções

Os valores são demonstrados como segue:

Controladora	Consolidada
--------------	-------------

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais cíveis	-	-	422	-
Depósitos judiciais fiscais	-	-	306	-
Depósitos judiciais trabalhista	-	-	85	-
Caução	-	-	21	-
Outros	-	-	919	256
Total	-	-	1.753	256
Total circulante	-	-	21	-
Total não circulante	-	-	1.732	256

14. Arrendamento e Direito de uso

a) Consolidada

Composição e movimentação de saldos:

	31/12/2021	Aquisição de empresa	Depreciação	Remensuração dos contratos (c)	Pagamento	Ajuste (d)	31/12/2022
Direito de uso (a)	7.096	9.756	(268)	1.193	-	(718)	17.059
Total	7.096	9.756	(268)	1.193	-	(718)	17.059
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	7.096	-	-	-	-	-	17.059
	31/12/2021	Aquisição de empresa	Juros	Remensuração dos contratos (c)	Pagamento	Ajuste (d)	31/12/2022
Obrigações por arrendamento (b)	(7.856)	(12.473)	(1.509)	(1.193)	2.429	890	(19.712)
Total	(7.856)	(12.473)	(1.509)	(1.193)	2.429	890	(19.712)
Circulante	534	-	-	-	-	-	1.249
Não circulante	7.322	-	-	-	-	-	18.463
Total	(760)	(2.717)	(1.777)	-	2.429	172	(2.653)

- (a) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).
- (b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso.
- (c) A remensuração dos contratos referem-se a atualização dos valores dos contratos de aluguel.
- (d) Os ajustes são referente ao recálculo do arrendamento realizado em 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os arrendamentos têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	1.249
2024	1.376
2025	1.517
2026 a 2033	15.570
	19.712

15. Investimento

Movimentação do Investimento

	Arcoverde	TPAE	LEST	MS1	MS3	MS4	Vineyards Transmissão	Vineyards Participações	Monte(i)	SERTOES	MSH	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	173.931	37.383	320.615	87.341	91.879	100.642	-	-	-	-	-	811.791
Aumento de investimento	2.750	-	5.000	-	-	-	-	-	124.470	261.229	30	393.480
Aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	92.309	-	-	-	92.309
Baixa de investimento	-	-	(351.574)	-	(14.961)	-	-	-	-	-	-	(366.535)
Mais Valia na aquisição de controlada	-	-	-	-	-	-	-	70.747	-	-	-	70.747
Apropriação mais valia	(2.601)	(197)	(2.228)	(2.774)	(2.648)	(3.270)	-	-	-	-	-	(13.717)
Dividendos	(8.295)	(3.215)	-	(1.416)	(1.954)	(1.915)	268	-	(2.000)	(2.466)	-	(20.992)
Incorporação	-	-	-	-	-	-	170.917	(171.484)	-	-	-	(568)
Ajuste no valor de compra	(1.519)	1.054	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(465)
Sub-total	164.266	35.025	(28.187)	83.152	72.317	95.457	171.185	(8.428)	122.470	258.763	30	966.051
Equivalência patrimonial (ii)	32.681	13.537	28.187	11.876	10.578	14.314	21.501	8.428	8.276	5.843	(21)	155.198
Saldo em 31 de dezembro de 2022	196.947	48.562	-	95.027	82.895	109.771	192.685	-	130.747	264.606	9	1.121.249

- (i) Em dezembro de 2022 a Companhia aumentou o capital no valor de R\$124.468 na companhia Monte Pascoal. Desta forma, passa a ser controlada indireta da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A., que é subsidiária da companhia Monte e da companhia Energética Serra da Prata S.A., que é subsidiária da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A.
- (ii) Impactos de R\$ 7.908 referentes a depreciação acumulada no exercício das controladas MS1, MS3 e MS4.

Combinação de negócios

No primeiro semestre de 2021 a Companhia finalizou as aquisições das participações nas empresas Eólica Mangue Seco 1 ("MS1"), Eólica Mangue Seco 3 ("MS3"), Eólica Mangue Seco 4 ("MS4"). No último trimestre do ano de 2021 adquiriu o restante total das ações da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("LEST").

No primeiro semestre de 2022 o V2i adquiriu a companhia SE Vineyards Participações S.A. e indiretamente a SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. No final do mesmo exercício de 2022, a companhia SE Vineyards Participações S.A foi incorporada pela V2i, desta forma a Companhia passou a ser controladora direta da companhia SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No segundo semestre de 2022, a controlada Monte Pascoal finalizou a aquisição da participação da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A e indiretamente a companhia Energica Serra da Prata, desta forma passando ser a controladora indireta das duas companhias.

Seguindo a orientação do CPC 15 (R1), a Administração optou pelo teste de concentração do valor justo e concluiu que todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos está concentrado, substancialmente, em um único ativo identificável. Desta forma, a Administração concluiu que a aquisição das companhias não é um negócio e, portanto, nenhuma avaliação adicional é necessária. Os ativos de contrato de concessão das investidas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

Data da aquisição	LEST	MS1	MS3	MS4	Vineyards Part.	Enerbras (consolidado)
	20/12/2021	09/04/2021	09/04/2021	07/01/2021	13/05/2022	06/06/2022
Valor Pago	111.951	89.748	98.061	107.578	163.057	281.961
Contraprestação contingente (i)	40.080	-	-	-	-	-
Valor total da operação	152.031	89.748	98.061	107.578	107.578	281.961
Participação adquirida	50,10%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor contábil na aquisição	89.086	22.025	30.583	24.638	92.309	117.590
Valor justo	152.031	89.748	98.061	107.578	70.747	164.371

(i) Valor de refere-se à tranche final de aquisição de 12,5% do capital social da Companhia Lest, finalizando a transferência de ações restantes dos FIPs Transmissão e Coinvestimento para a V2i Energia S.A., nos termos do SPA de 20/12/2021. A V2i já possui todo usufruto das ações com direito a 100% dos dividendos. Esse valor é corrigido mensalmente à taxa de IPCA + 6%, conforme contrato de compra e venda. Para 31 de dezembro de 2022, o assunto foi encerrado com a realização da operação de *Dropdown*.

Baixa de investimento

No dia 18 de novembro de 2022 a Companhia transferiu para sua investida Sertões Holding S.A 88,32% de participação na companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., em contrapartida a emissão de ações na Companhia (“Dropdown”).

Ainda em 2022, no dia 23 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu dos fundos Vinci Transmissão FIP e Vinci Coinvestimento FIP 4.376.725 e 2.917.816 ações sobre a Lest em contrapartida pela capitalização as partes acordaram que os fundos não terão qualquer obrigação de indenizar a Lest, V2i e ou Sertões em razão de perdas relacionadas à demanda do contrato de EPC, com isso passou a ter 17,86% da companhia Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S. A. que foi transferido para a empresa Sertões, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Transferência de 88,32%</u>
Patrimônio Líquido	186.029
Mais valia na aquisição da controlada	70.428

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AVJ na aquisição da controlada	54.054
	310.511
	Transferência de 17,86%
Patrimônio Líquido	24.601
Mais valia na aquisição da controlada	9.314
AVJ na aquisição da controlada	7.148
	41.064
Total	351.575

16. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é como segue:

a) Controladora

	31/12/2021	Aquisição	Depreciação	31/12/2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	(14)	(14)
Equipamentos de informática	-	75	(6)	69
Máquinas e equipamentos	-	-	1	1
Móveis e utensílios	-	26	(1)	25
Imobilizado em andamento	-	1.095	-	1.095
Total	-	1.196	(20)	1.176

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidada

	Taxa depreciação (iii)	Saldo líquido 2021	Custo inicial 2021	Aquisição de investimento	Aquisição	Custo final 2022	Depreciação acumulada 2021	Depreciação/Amortização	Transferência	Depreciação acumulada 2022	Saldo final 2022
Terrenos	-	-	-	595	-	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	-	-	64.753	-	64.753	-	(1.304)	-	(1.304)	63.449
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,88%	27.530	40.772	28.855	1.086	70.713	(13.242)	(2.040)	-	(15.282)	55.431
Máquinas e equipamentos	5,43%	193	324	36.979	39	37.342	(132)	(1.191)	(26)	(1.349)	35.993
Móveis e utensílios	7,75%	48	103	7	26	136	(55)	(10)	-	(65)	71
Equipamentos de informática	15,86%	98	153	-	149	302	(55)	(46)	26	(75)	227
Aerogeradores	4,23%	138.993	268.216	-	-	268.216	(129.223)	(12.555)	-	(141.778)	126.438
Linhas de transmissão	4,57%	19.859	32.889	-	-	32.889	(13.030)	(1.270)	-	(14.300)	18.589
Desmobilização (ii)	5,00%	1.424	2.278	-	-	2.278	(854)	(143)	-	(997)	1.281
Benfeitorias	-	-	-	-	9	9	-	-	-	-	9
Mais valia (iv)	-	197.596	197.596	175.998	-	373.594	-	(8.692)	-	(8.692)	364.902
Subtotal		385.741	542.331	307.187	1.309	850.827	(156.591)	(27.251)	-	(183.842)	666.985

(i) Controladas Mangue Seco 1, 3 e 4: Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 30).

(ii) As taxas de depreciação correspondem a cada tipo de UC, conforme Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE Resolução 674/2015.

(iii) Controladora: Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição das empresas Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A., Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A. e Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Com. de Energia Elétrica S.A. no ano de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
O&M	35	44	3.836	2.649
Materiais	-	-	339	697
Serviços de terceiros	40	-	586	139
Aluguel	-	-	1.738	-
Seguro	-	-	592	460
Sterlite (dividendos) (i)	-	-	95	-
Outros	1.671	38	4.467	2.806
Prov custo de construção (ii)	-	-	7.546	7.775
Total	1.746	82	19.199	14.526

- (i) Controlada Arcoverde: O valor refere-se a dividendos a pagar para a antiga controlada que foi transferido da linha de dividendos a pagar para fornecedores/contas a pagar.
- (ii) Controlada Lest: O valor refere-se a itens do contrato de construção que ainda não foram realizados.

18. Impostos correntes a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Retidos a recolher	196	6	634	89
PIS a recolher	30	1	237	87
COFINS a recolher	16	5	978	402
ICMS a recolher	-	-	4	46
ISS a recolher	-	-	211	169
INSS a recolher	-	-	66	33
IOF a recolher	-	-	29	-
Outros tributos a recolher	-	-	203	1.584
Total	242	12	2.362	2.410

19. Obrigações trabalhistas e sociais

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de Férias	303	-	422	-
IRRF	74	-	94	-
INSS a pagar	85	-	109	-
FGTS a pagar	19	-	28	-
Total	481	-	653	-

20. Encargos setoriais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	-	123	67
MME – Ministério de Minas e Energia	-	-	55	31
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	858	157
TFSEE – Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	-	-	51	72
RGR – Reserva Global de Reversão	-	-	226	85
Total	-	-	1.313	412

21. Contas a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Procable energia - serviços prestados	-	-	998	1.998
Eletrobras (i)	-	-	12.412	-
Outros (ii)	-	-	510	-
Total	-	-	13.920	1.998
Total circulante	-	-	3.714	-
Total não circulante	-	-	10.206	1.998

(i) Controlada Espra: O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para PHC Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado “Repactuação do risco hidrológico” até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização.

No exercício de 2022, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.450 (R\$2.232 em 2021), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

- (ii) Controlada Espra: Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal do Brasil para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

22. Empréstimos

a) Consolidada

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	Taxa efetiva de juros
APR Itaú – Controlada Monte Pascoal	152.000	-	16/05/2029	Mensal	CDI + 1%
APR Itaú – Controlada Sertões	120.000	-	31/10/2037	Trimestral	CDI + 1,25%
Financiamento BNB – Controlada Lest	216.457	224.279	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,35%
Financiamento BNB – Controladas Mangues Seco 1, 3, e 4	146.028	157.822	25/07/2031	Mensal	IPCA + 9,50%
Encargos financiamento BNB – Controladas Mangues Seco 1, 3 e 4	(1.466)	(1.634)			
Financiamento BNB - Espra	41.760	-	30/06/2026	Mensal	12%
Financiamento BNB – Controlada Arcoverde	120.302	123.662	15/12/2038	Mensal	CDI + 1,72%
Financiamento Itaú – Controlada Tpaе	37.654	38.027	15/10/2030	Semestral	CDI + 2,65%
Encargos financiamento BNB	(2.168)	(2.297)			
Total	830.567	539.859			

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Aquisição de investimento	Aquisição de empréstimos	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Financiamento Itaú	38.027	-	-	5.453	-	(760)	(5.066)	37.654
Financiamento BNB	501.832	53.691	-	42.175	297	(30.335)	(46.747)	520.913
APR	-	-	399.000	-	-	(120.000)	(7.000)	272.000
Total	539.859	53.691	399.000	47.628	297	(151.095)	(58.813)	830.567

Total circulante	25.448	34.860
Total não circulante	514.411	795.707

Os empréstimos e financiamentos têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	35.267
2024	44.638
2025	58.394
2026	61.858
2027 a 2038	634.044
Total	834.201

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2022, os referidos índices foram cumpridos.

Controladas Mangue Seco 1, 3 e 4:

Garantias financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira da conta reserva, conforme a nota 6.

23. Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Consolidada

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	2,65 a.a.	15/10/2030	43.581	44.108
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI			(40.854)	(41.984)
			2.727	2.124

SWAP (a)

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	2.727	264
Não Circulante	-	1.860
Total	2.727	2.124

- (a) Controlada Tpa: Arelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$ 43.581 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$ 40.854, auferindo o resultado de R\$ 2.727 de resultado passivo.

24. Debêntures

a) Controladora

A composição da emissão de debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Períodicidade amortização	Taxa efetiva de juros
Emissão de debêntures	243.119	120.920	31/03/2024	Semestral	DI + 3,55%
Juros sobre debêntures	40.842	471			
Custo de aquisição de debêntures	(3.394)	(5.122)			
Total	280.567	116.269			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	Aquisição de debêntures	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Emissão de debêntures	116.269	128.768	32.569	2.961	-	-	280.567
Total	116.269	128.768	32.569	2.961	-	-	280.567
Total circulante	-						-
Total não circulante	116.269						280.567

As debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	-
2024	283.961
Total	283.961

b) Consolidada

A composição da emissão de debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	Taxa efetiva de juros
1ª Emissão de Debêntures - Controlada Lest	36.502	34.625	15/03/2024	Semestral	IPCA+5,3649%
2ª Emissão de Debêntures - Controlada Se Vineyards	316.721	-	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,2381%
Juros sobre debêntures - Controlada Se Vineyards	7.532	-			
Custo de aquisição debêntures - Controlada Se Vineyards	(3.445)	-			
2ª Emissão de Debêntures - Controlada Arcoverde	56.723	56.184	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros sobre debêntures - Controlada Arcoverde	1.293	1.292			
Custo de aquisição debêntures - Controlada Arcoverde	(973)	(1.258)			
1ª Emissão de Debêntures - Controladora	243.119	120.920	31/03/2024	Trimestral	DI+3,55%
Juros sobre debêntures - Controladora	40.842	471			
Custo de aquisição debêntures - Controladora	(3.394)	(5.123)			
Total	694.920	207.111			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Aquisição de investimento	Aquisição de debêntures	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Emissão de debêntures (i)	207.111	311.255	128.768	76.370	3.388	(15.225)	(16.747)	694.920
Total	207.111	311.255	128.768	76.370	3.388	(15.225)	(16.747)	694.920
Total circulante	5.495							13.304

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total não circulante 201.616 681.616

- (i) Controlada Lest: Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$ 27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

Controlada Se Vineyards: A Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, em dezembro de 2019, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a.. Em setembro de 2022 o Pentágono emitiu o Termo de Liberação de Garantias ("TLG") extinguindo a Companhia das obrigações relacionadas as seguintes cartas fiança: nº 6100119-A ("Carta de Fiança ABC Brasil"), nº 180416319 ("Carta de Fiança Santander") e nº 000119110020300 ("Carta de Fiança Itaú), todas com vencimento em 22/11/2022, de acordo com o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG") firmado em novembro de 2019 entre a Companhia e os fiadores bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil.

Controlada Arcoverde: Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao covenants contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

As debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	<u>31/12/2022</u>
2023	13.480
2024	298.440
2025	15.332
2026	15.687
2027 a 2042	359.793
Total	<u>702.732</u>

25. Conta de ressarcimento – CCEE

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta Ressarcimento CCEE - 4º Quadrênio (a)	-	-	-	6.707
Total Ativo	-	-	-	<u>6.707</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conta Ressarcimento CCEE - 3º Quadrênio (b)	-	-	22.522	22.522
Multa - 3º Quadrênio (b)	-	-	2.369	-
Conta Ressarcimento CCEE - 4º Quadrênio (b)	-	-	4.192	-
Total Passivo	-	-	29.083	22.522
Total passivo circulante			-	22.522
Total passivo não circulante			29.083	-

(a) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Em 2022 foi realizado a transferência do saldo para o passivo não circulante devido ao novo cronograma apresentado pela CCEE, que tem prazo de início das análises desses créditos apenas para o final de 2023. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 2017 a 2020.

(b) O valor trata-se do ajuste da diferença entre o recebimento a maior e o fornecimento de energia gerado a menor referente ao contrato com a CCEE no ano, referente ao quadriênio atual de 2021 a 2024.

26. Imposto de renda e Contribuição social a pagar e diferidos

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	-	5.869	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	29.308	29.428	72.408	69.308
Total	29.308	29.428	78.277	69.308
Total circulante	-	-	16.432	-
Total não circulante	29.308	29.428	61.845	69.308

27. Provisão contingente

Os valores são demonstrados como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão contingência trabalhista	-	5	-	5
Provisão contingência civil	-	-	522	863
Notificação por descumprimento de cláusula contratual (i)	-	-	-	399
Constituições de provisões (ii)	-	-	6.871	335
Total	-	5	7.393	1.602
Total circulante	-	5	357	-
Total não circulante	-	-	7.036	1.602

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Controlada Arcoverde

Em 31 de dezembro de 2022 a Arcoverde possui 3 processos de contingência passiva na área cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$124, baseado no parecer emitido pelos advogados.

Controlada Tpaе

Em 31 de dezembro de 2021 a TPAE possui processo de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de causa de R\$81 (R\$ 284 em 2020).

Controlada Lest

Em 31 de dezembro de 2021 a LEST possui trinta e nove processos de contingência passiva na área Cível. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e a administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor das causas de R\$869.

(i) Controlada Mangue Seco 1

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE e no ano 2022 ela foi liquidada.

(i) **Controlada Mangue Seco 3**

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE e no ano 2022 ela foi liquidada.

(i) **Controlada Mangue Seco 4**

Em maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE quanto ao não envio das medições anemométricas (velocidade e força dos ventos) e climatológicas permanentes dos ventos no local em que se encontra instalada a usina para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE para o período de abril a dezembro de 2011. Esta obrigação encontra-se prevista no Contrato de Energia de Reserva firmado com a CCEE e no ano 2022 ela foi liquidada.

(ii) **Controlada Se Vineyards**

A provisão está relacionada com a potenciais pagamentos que a Companhia poderá desembolsar relacionados a processos judiciais pendentes com o Fundiário. Existem 24 processos de natureza cível, todos decorrentes de constituição de servidão em que a SE Vineyards atua no polo ativo os quais expõe tal valor.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo contingente trabalhista avaliado como probabilidade possível, portanto não foram provisionados.

28. PIS/COFINS Diferido

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS Diferido	-	-	2.890	-
COFINS Diferido	-	-	13.337	-
Outros	-	-	-	13.225
Total	-	-	16.227	13.225
Total circulante	-	-	1.503	-
Total não circulante	-	-	14.724	13.225

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Obrigações pelas aquisições de direito

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.	30.112	40.242	30.112	40.242
Total	30.112	40.242	30.112	40.242

30. Provisão para desmobilização

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para desmobilização (i)	-	-	4.865	12.491
Total	-	-	4.865	12.491

- (i) Controladas Mangue Seco 1, 3 e 4: Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, ela contratou a empresa Vertu Assessoria e Avaliações Ltda que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica.

Os valores de desmonte ou desmobilizado consideram os valores dos resíduos metálicos comercializáveis e os custos de desmobilização.

Para a determinação do valor de sucata desmontada e valor de desmonte de equipamentos, foram realizadas as seguintes etapas:

- a- Determinação do valor de reedição das máquinas, equipamentos e edificações montados, na condição de sucata / resíduos diversos (não operacional) e na condição de valor residual dos equipamentos (operacionais);
- b- Determinação do custo de desmontagem para venda dos resíduos no local (sem) transporte;
- c- Determinação do saldo (valor de desmonte conforme definição ABNT) entre o valor de residual de sucata / equipamento montado e do custo de desmontagem;
- d- Análise e comparativo com mercados internos e externos para cenários de desmontagens de parques eólicos (de comissionamento).

O valor de provisão apresentado no relatório da Vertus em 01/2016 era de 3.119 simulados para ativos em um cenário de: Desmobilização e venda como resíduos de sucata para geração e transmissão e vendidos ao valor residual de equipamentos para subestação no ano de 2032.

Eles não contemplam projeções futuras financeiras ou econômicas nem tão pouco eventuais passivos ambientais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 780.935 (R\$614.000 em 2021), representando 700.000 (700.000 em 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

A Companhia foi constituída em 08/2019 com a integralização de capital de R\$ 125.000. No ano de 2020 a V2I aumentou seu capital social para R\$ 250.000.

Em 01/2021 o capital social aumentou para R\$ 350.000.

Em 06/2021 houve novo aumento do capital social para R\$ 700.000.000 Em razão da Cisão, houve a redução do capital da Companhia no montante de R\$ 86.000 e o capital passou para R\$ 610.000, com R\$ 4.000 a serem integralizados, dividido em 700.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Em 2022 houve um aumento de capital no valor de R\$166.935 com a emissão de 207.342.163 ações ordinárias no valor de R\$0,8051 cada.

A Companhia no ano de 2022 adquiriu a empresa Se Vineyards Transmissão de Energia S.A e em dezembro do mesmo ano incorporou a empresa Vineyards Participações.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Energia	907.342.163	780.935	100%	700.000.000	614.000	100%
	907.342.163	780.935	100%	700.000.000	614.000	100%

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício/período	91.944	87.884
Reserva legal 5%	4.597	4.394
Reserva legal anos anteriores	7.853	3.459
Reserva legal do ano	4.597	4.394

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total	12.450	7.853
--------------	---------------	--------------

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício/período	91.944	87.884
(-) Reserva legal 5%	(4.597)	(4.394)
Base para dividendos	87.347	83.490
Alíquota	25%	25%
Dividendos propostos	21.837	27.813

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	91.944	87.884
Reserva legal 5%	(4.597)	(4.394)
Dividendos	(21.836)	(27.813)
Movimentação da reserva de lucros		
Saldo inicial	35.604	26.718
Dividendos intercalares	(48.891)	(32.859)
Constituição da reserva de lucro	65.511	41.745
Total	52.224	35.604

Lucro por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	91.944	87.884
Lucro líquido por ação (a)	0,1013	0,1255

Participação de não controladores

A Companhia detém 90,35% da empresa Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A., portanto o total de 9,65% compreende a participação de não controladores, conforme demonstrado a seguir:

	TPAE		Participação de não controladores 9,65%	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	38.146	38.146	3.681	3.681
Reserva de capital	6	6	1	1
Reserva legal	1.298	549	125	53
Reserva de lucro	10.675	-	1.030	-
Patrimônio Líquido	50.125	38.701	4.837	3.735

32. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita anual permitida	-	-	49.632	40.324
Receita de remuneração do ativo de contrato	-	-	10.787	8.232
Receita CDE	-	-	2.554	2.275
Receita geração eólica	-	-	62.788	53.346
Receita geração hidrelétrica	-	-	44.261	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita CCT	-	-	1.600	336
Encargos do consumidor	-	-	(1.064)	(774)
PIS sobre faturamento	-	-	(973)	(6.166)
PIS diferido	-	-	(60)	5.545
COFINS sobre faturamento	-	-	(4.479)	(28.637)
COFINS diferido	-	-	(279)	25.861
Efeito <i>gross-up</i> dos tributos de ativo de contrato (*)	-	-	-	(3.582)
Total	-	-	164.766	96.760

(*) Gross up é um termo técnico utilizado para reajuste de base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.

33. Custos e despesas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais	-	-	-	(73)
Custo com serviços tomados	-	-	(35.060)	(9.613)
Custo com construção	-	-	-	(2.098)
Custo com depreciação e amortização	-	-	(19.343)	(12.273)
Custo com pessoal	-	-	-	(161)
Custo com energia elétrica	-	-	(66)	(43)
Reversão de provisão	-	-	75	-
Reversão de custos	-	-	17.197	6
Demais custos	-	-	(8.168)	(7.607)
Total	-	-	(45.365)	(31.862)

34. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(5.922)	-	(6.461)	(539)
Serviços de terceiros tomados	(2.255)	(1.432)	(8.258)	(3.911)
Depreciação e amortização	(22)	-	(46)	(14)
(-) Recuperação de despesas	1	-	10	1.008
Outras despesas operacionais	(1.056)	(1.122)	(2.651)	(3.475)
Outras receitas operacionais	-	-	355	883
Total	9.254	2.554	17.051	6.048

35. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variações monetárias	(43.956)	(633)	(99.481)	(38.270)
IOF, comissões e taxa	(237)	(45)	(3.234)	(1.861)
Multa e acréscimos moratórios	(8)	(17)	(810)	(709)
Despesa com swap	-	-	(603)	(1.377)
Outras despesas financeiras	(3.128)	(232)	(11.246)	-
Despesas financeiras	(47.329)	(927)	(115.374)	(42.217)
Receita com aplicação financeira	7.336	3.491	22.767	7.333
Receita com swap	-	-	2.304	1.644
Outras receitas financeiras	(357)	-	1.008	178
Receita financeira	6.979	3.491	26.079	9.155
Resultado financeiro, líquido	(40.350)	2.564	(89.295)	(33.062)

36. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidada	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	33.556	16.679	180.813	81.418
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	63.244	38.608
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	2	-	-	29.448	13.301
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos	2	-	-	830.567	539.859
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	2.727	2.124
Debêntures	2	280.567	116.269	694.920	207.111
Fornecedores	2	1.746	82	19.199	14.526

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

36.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimônio, O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 da controladora é de 0,3056% é no consolidado de 1,3486%.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

36.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. Seguros

a) Controlada Lest

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2022 até 08 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	07 de maio de 2022 até 07 de maio 2023

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 1800002580133, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0038752.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões.

b) Controlada Arcoverde

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	06 de maio de 2022 até 06 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil	20.000	06 de maio de 2022 até 06 de maio 2023

(a) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 296.675.

(b) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 29.200.

c) Controlada Tpaе

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	15.000	26 de agosto de 2022 até 26 de agosto de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil	15.000	31 de março de 2022 até 31 de março de 2023

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 960 0000002809, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões.

Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 02852.2022.0021.0351.0007574, pela AXA Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Controlada Mangue Seco 1

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	112.000	960 0000002851	21/11/2022 a 21/11/2023
Responsabilidade Civil	5.000	16.51.0040125.12	21/11/2022 a 21/11/2023

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. Ambos estão vigentes até novembro de 2023.

e) Controlada Mangue Seco 3

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	114.000	960 0000002852	21/11/2022 a 21/11/2023
Responsabilidade Civil	5.000	16.51.0040128.12	21/11/2022 a 21/11/2023

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. Ambos estão vigentes até Novembro de 2023.

f) Controlada Mangue Seco 4

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais	116.000	960 0000002856	21/11/2022 a 21/11/2023
Responsabilidade Civil	5.000	16.51.0040129.12	21/11/2022 a 21/11/2023

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente. Ambos estão vigentes até novembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Controlada Se Vineyards

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Axa Seguros (a)	Seguro Garantia	19.700	2 de agosto de 2017 até 8 de maio de 2023
Swiss Re (b)	Riscos Operacionais	58.600	20 de dezembro de 2021 até 20 de janeiro de 2023
Swiss Ree (c)	Responsabilidade Civil	30.000	20 de dezembro de 2022 até 20 de dezembro 2023

- (a) A Companhia possui apólice emitida pela Axa Seguros, para cobertura de Seguro garantia e seu Limite máximo de indenização é de R\$19,7 milhões e um prêmio anual de R\$ 1.367;
- (b) Também possui apólices emitidas pela Swiss Re, referentes a Riscos Operacionais tendo um limite máximo de indenização de R\$58.6 milhões e um prêmio anual de R\$ 222.643;
- (c) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 30 milhões e um prêmio anual de R\$ 38.730.

38. Eventos subsequentes

Conforme AGE de 20 de março de 2023, foi realizada a distribuição de dividendos aos acionistas, no valor de R\$16.381.808,00.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas demonstrações
financeiras**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9